



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

URGENTE/COVID 19

PROCESSO: 00600-00000439/2020-16-e

ASSUNTO: Representação

PARECER Nº: 80/2021-G2P

EMENTA: Representação 12/2020-CF. SES. Dispensa de Licitação. Contratação BRB Serviços S/A. Entrega em domicílio de medicamentos de alto custo. Decisão 1114/20 – conhecimento da Representação, indeferimento da cautelar e diligência. Decisão nº 4226/2020. Deferimento da cautelar e diligências. Manifestação da SES e da sociedade empresária BRB Serviços S.A. Corpo Técnico sugere a manutenção da cautelar, novas diligências e alerta.
Parecer parcialmente divergente.

1. Tratam os autos da Representação nº 12/2020 – CF (peça no 3 – e DOC 84575837-e), formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, acerca da Dispensa de Licitação nº 03/2020, Processo SEI 00060-00109204/2020-43, referente à contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado – NFCE (Farmácias de Alto Custo), contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte de medicamentos.

2. Em última assentada, o Tribunal, por meio da Decisão nº 4.226/220, deliberou da seguinte forma:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...)

III – com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, deferir medida cautelar mitigada, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, no PT 2 – Planilha de Formação de Preços e no relatório/voto do Relator;

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias:

a) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 00060-00107460/2020-04 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;

c) disponibilize, para todos os meses da contratação (de abril a setembro/2020): 1. os relatórios de produção (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações; 2. os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico); 3. os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico); 4. os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico); 5. os relatórios de entregas realizadas (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico);

d) manifeste-se sobre a ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (tópico V.2.2.1 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3), uma vez que a “Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços” juntada ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43 não atende à legislação;

e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43: 1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas; 2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3);

g) informe ao Tribunal sobre a realização de termo aditivo ao Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098), para inclusão de serviços da entrega dos medicamentos do Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais - NUF AJ, noticiada no Memorando n.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012);

h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: 1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado; 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados; i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea "a.2", da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020;

V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, doravante:

a) instrua, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF n.º 115/2020, os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19, realizadas com fundamento na Lei Federal n.º 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020;

b) indique a correta fundamentação legal para a vigência contratual, de modo a observar a legislação pertinente (Lei n.º 8.666/1993 ou Lei n.º 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3;

c) no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3, encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise;

VI – fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a sociedade empresária BRB Serviços S.A., caso queiram, apresentem suas considerações acerca do sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; (...)" (grifou-se)

3. Em atendimento ao *decisum*, a sociedade empresária BRB Serviços S.A. apresentou suas considerações acerca do sobrepreço (Ofício BRB SERVIÇOS Nº 055/2020 e anexos¹).

4. A Secretaria de Estado de Saúde do DF apresentou suas manifestações acerca das diligências contidas nas alíneas inseridas no item IV e V da Decisão nº 4.226/2020, bem como a respeito do sobrepreço apontado (Ofício nº 7426/2020-SES/GAB² e anexos³).

¹ e-DOC C17149C9-c. O CT informou sobre a intempestividade do envio da documentação. Contudo, sugeriu relevar o atraso (no caso, de um dia).

² e-DOC E3750953-c. O CT informou sobre a intempestividade do envio da documentação. Contudo, sugeriu relevar o atraso (o prazo fixado pela Decisão se expirou em 16.10.2020, enquanto os documentos foram protocolados em 26.10.2020).

³ e-DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA PROCURADORIA

5. Nessa fase, o Corpo Técnico, por meio da **Informação nº 134/2020-DIASP3** (e-DOC 84B25F96-e) procedeu ao exame das manifestações apresentadas pela SES/DF e pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., em razão das diligências contidas na Decisão nº 4226/2020.

6. Após esses esclarecimentos, explica a estrutura do trabalho desenvolvido:

I – Da Manifestação da SES/DF Quanto às Diligências Contidas nos Itens III (Medida Cautelar Mitigada), IV e V, da Decisão nº 4.226/2020;

II – Das Considerações apresentadas pela SES/DF e pela Sociedade Empresária BRB Serviços S.A. Acerca do Sobrepreço Apontado nos Parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020-DIASP3 (Item VI, da Decisão nº 4.226/2020);

III – Do Mérito da Representação nº 12/2020-CF;

IV – Da Conclusão;

V – Das Proposições.

I – Da Manifestação da SES/DF Quanto às Diligências Contidas nos Itens III (Medida Cautelar Mitigada), IV e V, da Decisão nº 4.226/2020

I.1 – Item III da Decisão nº 4.226/2020

III – com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, deferir medida cautelar mitigada, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, no PT 2 – Planilha de Formação de Preços e no relatório/voto do Relator;

7. A SES/DF encaminhou o Controle Financeiro de Pagamentos CTR – 063/2020 – BRB Serviços S/A - (38082098), por meio do Ofício nº 7426/2020-SES/GAB (e-DOC E3750953-c):

Data Recebimento	Competência	Processo	Nota Fiscal	Data da NF	Valor da NF	Link SEI	Glosa	Valor Líquido	OB	Data do Pagamento
7/5/2020	03/04/2020 a 30/04/2020	00060-00189892/2020-17	2239	30/4/2020	RS1.682.450,06	39792810	RS961.351,96	RS721.098,10	15356	11/8/2020
10/8/2020	01/05/2020 a 31/05/2020	00041-00000969/2020-65	2324	31/7/2020	RS1.802.625,06	45062994	RS193.722,11	RS1.608.902,95	18220	24/09/2020
2/9/2020	01/06/2020 a 30/06/2020	00041-00001317/2020-48	2328	26/8/2020	RS1.802.625,06	46043797	RS285.175,28	RS1.517.449,78	18228	24/09/2020
4/8/2020	01/07/2020 a 31/07/2020	00041-00001399/2020-21	2351	31/8/2020	RS1.802.625,06	46489732	RS -	RS1.802.625,06		Em fase de instrução para pagamento (Para atesto)
9/9/2020	01/08/2020 a 31/08/2020	00041-00001661/2020-37	2358	9/9/2020	RS1.802.625,06	46844117	RS -	RS1.802.625,06		Em fase de instrução para pagamento (Para atesto)
1/10/2020	01/09/2020 a 28/09/2020	00041-00001893/2020-95	2386	30/9/2020	RS1.682.450,06	48371609	RS -	RS1.682.450,06		Em fase de instrução para pagamento (Para atesto)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

8. O Corpo Técnico não teceu maiores comentários em relação ao cumprimento do item III da Decisão nº 4.226/2020. Em análise de outro item da Decisão, que versou sobre sobrepreço, entendeu pela manutenção da medida cautelar mitigada inserida no referido *decisum*.

9. Aferindo os dados do quadro acima, este MPC/DF verificou que após a Decisão nº 4226/2020, de 30/09/2020, não houve pagamentos informados pela SES. **Apesar de constarem valores mensais superiores aos estipulados na Decisão, de R\$ 1.498.389,62, não há informação sobre qual pode ser o motivo de um ser esse valor e outro ser o do pagamento.**

10. Em consulta ao Portal da Transparência do DF⁴, foi possível verificar a emissão das seguintes OB's, após a Decisão deste Tribunal:

NL	OB	Valor	Data da emissão da OB	Valor por NL	Referência
2020NL14650	2020OB20351	R\$ 1.361.618,74	28/10/2020	R\$ 1.451.749,99	NF 2351 01/07/2020 A 31/07/2020
	2020OB20352	R\$ 90.131,25			
2020NL14705	2020OB20462	R\$ 1.408.258,37	29/10/2020	R\$ 1.498.389,62	NF 2358 01/08/2020 A 31/08/2020
	2020OB20463	R\$ 90.131,25			
2021NL1577	2021OB01838	R\$ 385.167,53	02/02/2021	R\$ 469.290,03	NF 2386 01/09/20 A 28/09/20
	2021OB01839	R\$ 84.122,50			

11. Dessa feita, é possível observar que apesar de aparentemente o limite estabelecido no item III da Decisão nº 4.226/2020 haver sido atendido pela Secretaria de Estado de Saúde do DF, é necessário que se esclareça a existência de valores mensais superiores, ainda que nominalmente.

1.2 – Item IV da Decisão nº 4.226/2020

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias: (...)

12. Quanto ao referido item e suas alíneas, o Corpo Técnico elaborou tabela comentando sobre os documentos apresentados pela SES/DF e atendimento de cada solicitação do Tribunal:

DILIGÊNCIAS DO ITEM IV DA DECISÃO Nº 4.226/2020	SITUAÇÃO
a) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 00060-00107460/2020-04 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e	foi disponibilizado link de acesso ao Processo SEI no 00060- 0010746082020-04 no e-mail da Divisão. O arquivo gerado no referido link foi associado aos autos no e-TCDF.

⁴ Em 12/2/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA PROCURADORIA

Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;	
b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43;	Em que pese os esclarecimentos prestados pela Jurisdicionada, não foi encaminhada a documentação solicitada pelo Tribunal
c) disponibilize, para todos os meses da contratação (de abril a setembro/2020):	
1. os relatórios de produção (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações;	os relatórios se encontram acostados à peça 54 ECEBFBF3-c
2. os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);	os relatórios se encontram acostados à peça 58 - e DOC 5E7F5BAA-c. Cabe destacar que não foram encaminhados os relatórios relativos aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro/2020.
3. os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);	os relatórios se encontram acostados à peça 58 - e DOC 5E7F5BAA-c. Cabe destacar que não foram encaminhados os relatórios relativos aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro/2020.
4. os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);	os relatórios se encontram acostados à peça 58 - e DOC 5E7F5BAA-c. Cabe destacar que não foram encaminhados os relatórios relativos aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro/2020.
5. os relatórios de entregas realizadas (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico);	os relatórios se encontram acostados às peças 55 e 57 - e DOCs 5BF63AF7-c e 3044D9A3-c, respectivamente
d) manifeste-se sobre a ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (tópico V.2.2.1 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3), uma vez que a “Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços” juntada ao Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43 não atende à legislação;	a Jurisdicionada apresentou manifestação
e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:	
1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;	a Jurisdicionada não apresentou a memória de cálculo
2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s)	a Jurisdicionada não encaminhou a composição detalhada de todos os custos unitários dos itens solicitados pelo Tribunal



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;	
f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3);	a Jurisdicionada não apresentou os esclarecimentos solicitados pelo Tribunal
g) informe ao Tribunal sobre a realização de termo aditivo ao Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098), para inclusão de serviços da entrega dos medicamentos do Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais - NUFAJ, noticiada no Memorando n.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012);	a Jurisdicionada respondeu a demanda
h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia:	
1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada	a Jurisdicionada não respondeu a demanda
2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado	
3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.;	
4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados	
i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea “a.2”, da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020;	a Jurisdicionada não atendeu a demanda

13. O Corpo Técnico ressaltou que apesar do não encaminhamento de todos aos relatórios solicitados nos itens IV.c.3 e IV.c.4, a executora do Contrato n.º 063/2020-SES/DF apontou os seguintes processos do SEI-GDF relativos à execução do ajuste:

Processo 00060-00189892/2020-17, referente à execução contratual do mês de abril/2020;

Processo 00041-00000969/2020-65, referente à execução contratual mês de maio/2020;

Processo 00041-00001317/2020-48, referente à execução contratual mês de junho/2020;

Processo 00041-00001399/2020-21, referente à execução contratual mês de julho/2020, e 00060-00330122/2020-66 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001661/2020-37, referente à execução contratual mês de agosto/2020, e 00060-00402178/2020-20 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001893/2020-95 referente à execução contratual mês de setembro/2020.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

14. Assim, entendeu que o Tribunal deve proferir determinação para a concessão de acesso aos processos, solicitando ainda a documentação faltante prevista no item IV, bem como a emissão de alerta ao Secretário da SES/DF de que o não atendimento das diligências poderá implicar na aplicação de multa.

15. Este MPC/DF aquiesce às propostas do Corpo Técnico, mas com os acréscimos pretendidos no item 27.

1.3 – Item V da Decisão nº 4.226/2020

16. Apresento a determinação do Tribunal com a resposta da SES enviada por meio do Ofício nº 7426-SES/GAB:

*V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, **doravante:***

a) instrua, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF nº 115/2020, os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19, realizadas com fundamento na Lei Federal nº 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF nº 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612):

Considerando que a Declaração nos moldes da Portaria PGDF nº 115/2020 deve ser realizada por autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF nº 002/2020 – PGDF/PGCONS, entendemos que tal declaração s.m.j., deve ser assinada pelo gestor responsável pela aprovação da Dispensa de Licitação, no caso em questão o Subsecretário de Administração Geral.

Deste modo, solicitamos orientação de como a DAESP deve proceder diante da referida recomendação.

Em complementação, esta Subsecretaria esclarece que foi (sic) prestadas as orientações àquela Diretoria de Aquisições Especiais quanto a elaboração da Declaração de Enquadramento nos Parâmetros dos Pareceres Referenciais, conforme art. 9º da Portaria nº 115/2020 - PGDF, por meio do Memorando Nº 290/2020 - SES/SUAG (48832671), nos autos do processo SEI 00060-00439570/2020-24.

b) indique a correta fundamentação legal para a vigência contratual, de modo a observar a legislação pertinente (Lei nº 8.666/1993 ou Lei nº 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação nº 70/2020 – DIASP3;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DFACC (48961361):

Informa-se que a fundamentação legal para a vigência contratual encontra-se fundamento na Lei nº 13.979/2020 conforme Despacho SES/SUAG (38044988), a qual ocorre a ratificação da Dispensa de Licitação, conforme segue:

"Considerando as informações contidas no presente processo e mediante Despacho SES/SUAG (38044988), com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 03/2020 no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

reais e trinta e seis centavos), sendo declarada vencedora a empresa BRB SERVIÇOS S/A, referente à Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES para providências subseqüentes."

c) no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3, encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612): Informa que a DAESP está ciente da recomendação.

17. Ressalte-se que o Contrato tinha vigência de 180 dias, ou seja, até 28/09/2020, não existindo informações a respeito de nova contratação ou prorrogação contratual.

18. Assim, continuam as omissões da SES/DF impossibilitando a análise completa do presente processo.

II – Das Considerações apresentadas pela SES/DF e pela Sociedade Empresária BRB Serviços S.A. Acerca do Sobrepreço Apontado nos Parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020-DIASP3 (Item VI, da Decisão nº 4.226/2020);

19. A resposta da SES para a questão está contida no Ofício nº 7426-SES/GAB:

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Considerando a ausência de Preços Públicos validados pelo setor técnico competente, ausência de registros de serviços no Painel de Mapa de Preços/GDF, foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido em concordância com Art. 18 da Portaria no 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, exposto anteriormente.

20. Em seguida, o Corpo Técnico transcreve trechos do Ofício BRB Serviços nº 055/2020 (e-DOC C17149C9-c), com as justificativas e cálculos apresentados para demonstrar suas razões. Transcrevo, abaixo, apenas suas conclusões:

53. Por todo o exposto, ficou evidenciado a boa-fé objetiva da BRB Serviços na relação contratual em comento, desde o momento de análise do instrumento convocatório até a conclusão da execução dos serviços.

54. Dessa forma, requer-se que seja reconhecida a obrigatoriedade de vinculação ao instrumento convocatório para ao final ser reconhecida a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

legalidade das margens relativas à encargos sociais e BDI, dadas as especificidades da prestação dos serviços e natureza do contrato e por não haver previsão no Projeto Básico ou em qualquer outro documento enviado no ato da divulgação da oportunidade e, consequentemente, o reconhecimento da obrigação de pagamento mensal pelos serviços prestados no valor global avençado, deduzidos apenas o erro material sobre o cálculo na margem de lucro (de 19,83% para 17%) o qual a BRB Serviços reconhece no presente nos itens 29 e 30, perfazendo um valor global mensal de R\$ 1.760.009,48 (um milhão setecentos e sessenta mil e nove reais e quarenta e oito centavos).

55. Termos em que pede e espera deferimento.

21. Em análise dos elementos apresentados pelo BRB Serviços S.A. e pela SES/DF, o Corpo Técnico entendeu que os argumentos, por si sós, são incapazes de afastar o sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, uma vez que a SES/DF não encaminhou ao Tribunal a documentação solicitada nos itens IV.e.1 e IV.e.2 da Decisão nº 4.226/2020.

22. Assim, entende que o Tribunal deve manter a medida cautelar mitigada inserida no item II da Decisão nº 4.226/2020.

23. Ora, sem a memória de cálculo dos percentuais referentes às rubricas contidas na Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A. (IV.e.1), bem como sem a composição detalhada de todos os custos unitários do itens inseridos no "Grupo 5 – Custo de contratação Logísticas: A – Instalação call center, B – Telefonia e C – Entrega medicamentos em casa", juntamente com a comprovação dos custos de mão de obra (item IV.e.2); não é possível afastar a irregularidade apontada por este Tribunal.

24. Desta feita, o MPC/DF, com as vênias de estilo, prefere reiterar todos os Termos do Parecer 842/20 item 25:

Nessas circunstâncias, o MPCDF, ao passo que acolhe o encaminhamento proposto pela Unidade Técnica, opina por medida CAUTELAR no sentido de que não seja pago qualquer valor ao BRB Serviços S/A até que seja apurado o possível sobrepreço indicado pelo Corpo Técnico.

III – Do mérito da Representação nº 12/2020-CF

25. O Corpo Técnico ressaltou que a SES/DF não atendeu a todas as diligências demandadas pelo Tribunal. Assim, entende que a análise de mérito deve ser efetuada na próxima fase processual, em razão da ausência de elementos suficientes para formação de juízo quanto à legalidade, economicidade e justificativa de preços da contratação em análise.

26. Este MPC/DF irá defender, mais uma vez, que é incabível que a SES acabe condicionando a análise da Representação, por falta de dados.

27. Deve-se ressaltar que a exordial foi autuada em **08/04/2020** com pedido de cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação, até que a Corte examinasse o mérito da dispensa. No Despacho Singular 207/2020-GCIM, em **16/04/2020**, o Relator denegou o pleito, concedendo o prazo de 5 dias para manifestação da SESDF sobre os fatos representados, cujo expediente só deu entrada no TCDF em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

28/05/2020, mesmo após **concessão de novo prazo de 5 dias. Ou seja, 42 dias depois da determinação, quando àquela época, faltavam apenas 10 dias para terminar o contrato.**

28. Inobstante todas as dificuldades enfrentadas em decorrência da atual pandemia, não se vislumbra qual a dificuldade que a jurisdicionada teria em fornecer as informações solicitadas, haja vista ser dados que já deveriam estar em poder da SES, sem qualquer necessidade de obtenção ou tratamento desses dados, **daí porque opina no sentido de que sejam chamados em audiência os responsáveis pela omissão.**

29. Ao final, o Corpo Técnico, apresentou as seguintes sugestões ao e. Plenário que:

“I - tome conhecimento:

a) do Ofício no 577/2020-G2P (peça no 36 – e DOC E1397BA9-e);

b) do Ofício BRB SERVIÇOS No 055/2020 e anexos (peça no 44 – e DOC C17149C9-c), relevando sua intempestividade;

c) do Ofício SEI-GDF no 7426/2020 – SES/GAB (peça no 66 – e DOC E3750953-c) e anexos (peças nos 45/65 - e DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7- c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c, respectivamente), relevando sua intempestividade;

II - manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão no 4.226/2020;

III - em relação às diligências contidas no item IV, da Decisão no 4.226/2020, considere:

a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;

b) parcialmente cumprida a alínea “c”;

c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;

IV - em decorrência do item III.b, determine à SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:

a). os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);

b). os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);

c). os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

V - em decorrência do item III.c, reitere à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “b”, “e.1”, “e.2”, “f”, “h” e “i”, do item IV, da Decisão no 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;

VI - determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020- 66 e 00060-00402178/2020-20 à Terceira Divisão de Fiscalização

de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

VII - determine ao Banco de Brasília de S. A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00041- 00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041- 00001893/2020-95 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

VIII - alerte o Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal de que o não cumprimento dos itens IV a VII destas sugestões poderá implicar na aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar no 1/1994;

IX - autorize:

a) a ciência da Decisão que for proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à sociedade empresária BRB Serviços S. A.; e

b) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp, para acompanhamento dos itens IV a VII destas sugestões.

30. O Secretário de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, por meio do Despacho nº 28/2021-SEASP (e-DOC 18EA003F-e), convergiu com os apontamentos da peça técnica.

31. Os autos vieram ao Ministério Público para manifestação por meio do Despacho Singular nº 87/2021 – GCIM (e-DOC 5CD59F0C-e).

32. De proêmio, é mister consignar que na **Representação nº 12/2020-CF** (e-DOC 84575837-e), o MPC/DF chama a atenção para o fato de que os serviços contratados compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo.

33. É a própria SES⁵ que reconhece na sua página:

A Assistência Farmacêutica consiste em um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, que têm o medicamento como insumo essencial e visa assegurar

⁵ <http://www.saude.df.gov.br/assistencia-farmaceutica/>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

o acesso da população ao medicamento e seu uso racional, ou seja: o medicamento deve estar disponível no momento certo, em ótimas condições de uso e deve ser fornecido juntamente com informações que possibilitem sua correta utilização pelo paciente.

É importante lembrar que as ações logísticas não são o único foco da organização da Assistência Farmacêutica pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Preconiza-se que a AF seja uma atividade clínica, com foco central de ação no usuário e estruture-se em ações técnico-assistenciais e ações técnico-gerenciais.

O Farmacêutico é o profissional que atua na garantia desse direito do usuário de acesso ao medicamento de forma adequada, fornecendo orientações sobre seu uso.

Envolvido tanto na logística do ciclo do medicamento, quanto nas ações técnico-assistenciais.

(...)

Os farmacêuticos da SES-DF participam de todas as etapas do ciclo da Assistência Farmacêutica.

34. Por outro lado, ao se pesquisar sobre a contratada, BRB Serviços, vê-se que se trata da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, uma Empresa do BRB – Banco de Brasília S/A especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas (<https://www.brb.servicos.com.br/>).

35. Afigura-se, assim, à primeira vista, que as atividades desempenhadas pela BRB Serviços não se compreendem no objeto contratado, o que acabou se ajuntar ao quanto denunciado no Ofício 195/20:

O MPC/DF recebeu em sua Ouvidoria denúncia, informando que, a empresa BRB Serviços (Contrato 63/2020) teria subcontratado a empresa UNIHEALTH LOGÍSTICA HOSPITALAR LTDA (CNPJ: 07.312.223/0001-33), em que pese, no âmbito do processo administrativo que tramitou perante a SES/DF, não constar previsão para a subcontratação⁶.

36. Nesse contexto, por mais relevante que pudessem ser os propósitos e a iniciativa, é importante esclarecer por qual motivo a SES não consegue atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, inclusive, mediante agendamento, visto que, como se sabe, os serviços essenciais foram mantidos, nesse período de calamidade, etc.

⁶ As cláusulas alusivas à subcontratação foram abordadas na Informação 72/20: o Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC (37293085) vedou a subcontratação dos serviços pela empresa contratada, mas é possível a visualização de veículo de empresa subcontratada durante as entregas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

37. Ressaltou o *Parquet*, também, que várias foram as iniciativas governamentais, buscando parcerias para fornecimentos de serviços semelhantes, gratuitamente⁷ ou com menor custo.

38. Vale recordar que a SES lançou Dispensa de Licitação, para contratação de Serviço de Operação Logística por preço global, compreendendo a instalação de estrutura porta pallets em galpão existente e fornecimento de serviços referentes à Logística, especificamente armazenagem, controle de estoques, separação, conferências, expedição, distribuição e transporte, para logística de insumos para saúde adquiridos para enfrentamento ao COVID-19, englobando todos os equipamentos e recursos humanos necessários à prestação do serviço⁸.

39. Há, ainda, o processo 6718/20⁹, que é objeto da Representação nº 66/2020¹⁰-G2P (e-DOC E2A8380B), por meio da qual se noticiou a celebração do Contrato 090/2019 (e-DOC 750F8FCA), que resultou da Dispensa de Seleção de Fornecedores 110/2019 - IGESDF, tratada no Processo SEI 04016- 00019997/2019-71, cujo objeto foi a “locação de imóvel para alocar o Núcleo de Insumos Farmacêuticos, equipe de trabalho da Gerência de Insumos e Logística e implantação de Central de Operação Logística para atendimento às Unidades Assistenciais de Saúde do IGESDF, com capacidade para recebimento, armazenagem, transporte, fracionamento, unitarização, controle, embalagem, manuseio, dispensação e outros serviços vinculados à distribuição de medicamentos, materiais, equipamentos, bens e insumos para a saúde e mobiliários em geral”, com área útil mínima de 3.500 metros quadrados em único imóvel.

40. É dentro desse contexto, portanto, que deve ser analisada a atividade contratada junto ao BRB Serviços.

41. Não custa lembrar que toda a vez que o Estado despe-se de sua função, fica na dependência do ente contratado, porque acaba por perder a sua capacidade instalada, e,

⁷ Como recentemente anunciado pelo RJ após recuar em um contrato de semelhantes R\$ 10 milhões de reais. Assim, optou-se por firmar uma parceria, através do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), junto às operadoras de telefonia móvel, para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19, no RJ, e remessa de SMS, de forma gratuita (<https://www.oantagonista.com/brasil/apos-denuncia-de-o-antagonista-witzel-cancela-gasto-de-10-milhoes-comaplicativo-sobre-coronavirus/?desk>).

⁸ No TCDF, atuou-se Representação oferecida por Sindicato (Processo 1045/20) e o parecer ministerial 673/20 foi pela procedência da peça, ressaltando que não havia informação sobre preço unitário e sem orçamento estimativo, de bens/empregados, e sem que se saiba como se chegou a essas referências, sendo impossível saber se o preço contratado era justo, econômico e atendia ao interesse público. Após, irrompeu a Operação Falso Negativo, e o processo foi encerrado com a **revogação do certame sob o argumento de inexistência de emergência a justificar a continuidade da contratação**, bem como pelo cancelamento da Nota de Empenho em favor do licitante Intermodal Brasil Logística Ltda., no valor de R\$ 1.290.471,181 (Processo SEI 00060-00104905/2020-96 - Complementar, associado aos autos, fls. 8/9 e 12)

⁹ Última decisão deliberou por determinação ao IGES para que franqueasse os processos correlatos (DECISÃO Nº 4223/2020), que já foram enviados em 16/10/20.

¹⁰ Além dessa, correu-se para o mesmo processo a Representação, 67/2020-G2P, envolvendo outra locação: “(...) o MPC/DF representa ao TCDF para que instaure processo de fiscalização urgente a respeito da locação do espaço em que se encontra o IGESDF, a fim de que se apure o cumprimento dos princípios constitucionais da Administração Pública, inclusive, da legalidade e da economicidade”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

nesse caso, não é diferente. Se, antes, era o próprio GDF que prestava esses serviços, agora aparece submetido à empresa contratada:

Farmácia de Alto Custo do DF suspende delivery e pacientes se aglomeram para pegar remédios

Contrato que permitia a entrega dos medicamentos em domicílio foi finalizado em 30 de setembro: (...) “Era para receber essa medicação em casa, não fizeram nenhum contato comigo. Tive que ligar e veio uma mensagem dizendo que foi suspensa”, afirma a paciente (<https://www.metropoles.com/distrito-federal/farmacia-de-alto-custo-do-df-suspende-delivery-e-pacientes-se-aglomeram-para-pegar-remedios>).

*“Reativado serviço de entrega de medicamentos de alto custo em casa (...) O Programa Entregas de Medicamentos em Casa foi reativado pela Secretaria de Saúde nesta quarta-feira (4). As equipes da central de atendimento já começaram a agendar, por telefone, a entrega dos insumos aos pacientes cadastrados no programa. A expectativa é que o recebimento em casa dos medicamentos das farmácias de alto custo ocorrerá a partir da próxima semana. **O programa é uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB).** (...) A entrega dos medicamentos é feita após o agendamento pela central telefônica do programa, que faz o contato com os pacientes cadastrados. O medicamento chega na casa do paciente em cerca de quatro dias úteis após o agendamento. O telefone da central de atendimento, para quem já é cadastrado, é o (61) 3029-8080. Novos pacientes podem se cadastrar pelo telefone 160, opção 3. Eles ficam sabendo dos documentos exigidos para o cadastramento e devem informar os dados pessoais. <http://www.saude.df.gov.br/reactivado-servico-de-entrega-de-medicamentos-de-alto-custo-em-casa/>*

42. Contudo, conforme exposto pelo Corpo Técnico, diversos documentos e informações essenciais solicitados por este Tribunal não foram atendidos pela SES/DF, o que prejudicou a conclusão sobre os apontamentos destacados na exordial.

43. Até o momento, o BRB Serviços já recebeu a seguinte quantia, desde o início da contratação:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDA PROCURADORIA

EXECUÇÃO DO EMPENHO							
LIQUIDAÇÃO				PAGAMENTO			
DATA EMISSÃO	NOTA DE LANÇAMENTO	VALOR		DATA EMISSÃO	ORDEN BANCÁRIA	VALOR	
07/01/2021	2020NL21011	0,00		02/02/2021	20210801838	385.167,53	
24/09/2020	2020NL13079	1.517.449,78		02/02/2021	20210801839	84.122,50	
10/08/2020	2020NL10996	721.098,10		11/08/2020	20200815356	636.975,60	
28/10/2020	2020NL14703	1.498.389,62		11/08/2020	20200815357	84.122,50	
24/09/2020	2020NL13075	1.608.902,95		29/10/2020	20200820462	1.408.258,37	
28/10/2020	2020NL14705	1.498.389,62		29/10/2020	20200820463	90.131,25	
07/01/2021	2020NL18826	0,00		24/09/2020	20200818220	1.518.771,70	
27/10/2020	2020NL14650	1.451.749,99		24/09/2020	20200818221	90.131,25	
01/02/2021	2021NL01577	469.290,03		24/09/2020	20200818228	1.427.318,53	
28/10/2020	2020NL14704	-1.498.389,62		24/09/2020	20200818229	90.131,25	
07/01/2021	2020NL20092	0,00		28/10/2020	20200820351	1.361.618,74	
TOTAL		R\$ 7.266.880,47		28/10/2020	20200820352	90.131,25	
				TOTAL		R\$ 7.266.880,47	

44. Interessante informar que apesar das informações sobre a retomada dos serviços resultantes da parceria entre SES/DF e BRB, não há no DODF ou no sítio da Secretaria de Saúde publicação de prorrogação do contrato em questão, ou novo contrato firmado entre as partes, sendo que o último pagamento efetuado à empresa BRB Serviços S/A, de 02/02/2021, se referia a serviços prestados em 1/9/2020 a 28/9/2020 (NF 2386).

45. A situação é, portanto, aflitiva. No Parecer 842/20, o MPC/DF tinha ressaltado que tal como em hipóteses semelhantes faltaram dados mínimos, como justificativas específicas acerca da quantidade dos bens ou serviços a serem contratados, com as respectivas memórias de cálculo e o Projeto Básico da contratação não demonstrou os cálculos necessários para o estabelecimento do quantitativo dos serviços a serem contratados, ou seja, não foi encontrado o orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto a ser contratado. Além disso, as propostas das empresas participantes da Dispensa de Licitação nº 03/2020 foram utilizadas indevidamente para elaboração do valor estimado da presente contratação e a Planilha de Preços apresentou várias inconsistências. Chegou-se, então, a possível sobrepreço mensal da ordem de R\$ 304.235,46, entre a proposta da empresa BRB Serviços S/A e o valor apurado. Mas, como se viu, as falhas não se resumem a isso, tamanha é a falta de detalhamento, diante DA AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES, COM NÍVEL DE PRECISÃO ADEQUADO, PARA CARACTERIZAR OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS. Para se ter uma ideia, o Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 03/2020 não detalhou o quantitativo de medicações por Região Administrativa, se limitando a indicar o quantitativo superior a 15.000 (quinze mil) entregas mensais.

46. Referidas inconsistências não tardariam a demonstrar a fragilidade do contrato celebrado, já que o quantitativo de entregas efetuadas, nos meses de abril e maio/2020, ficou abaixo do quantitativo estimado pela SES/DF, para a presente contratação.

47. Para além disso, o Sistema Único de Saúde está sendo obrigado a entregar medicamento em casa, com contrato que se vale de pessoa interposta, a um custo de R\$ 10.815.750,36, por 180 (cento e oitenta) dias, sem que se esclareça, em relação ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

contingente referido, quais são, verdadeiramente, os pacientes que não podem dirigir-se a uma unidade da SES, para essa finalidade, já que nem todos estão na mesma condição: alguns possuem representantes; outros não possuem impedimento de ordem sanitária para esse fim, continuando a trabalhar, por exemplo; a frequentar cursos, etc.

48. É preciso encarar uma política pública sanitária sob o aspecto da equidade, de forma consistente, pois há outros pacientes que não recebem medicamentos pela “Farmácia de Alto Custo” (Componente Especializado¹¹) e que, assim, se dirigem às unidades para receberem a dispensação: diabetes (insulinas, por exemplo), saúde mental, tuberculose, anemia falciforme, DST/AIDS, medicamentos oncológicos, etc¹².

49. Sobre a subcontratação, questionada na alínea "h" do item IV da Decisão nº 4.226/2020, a SES **não respondeu** à questão. A empresa BRB Serviços S/A, por sua vez, defendeu sua utilização, citando o item 3 do Projeto Básico, bem como termo aditivo firmado tornando nulo um item contratual (e-DOC C17149C9):

52. Além disso, em 23 de julho de 2020, para sanar a divergência entre os documentos, foi firmado termo aditivo ao contrato, tornando nulo o item XXVII da Cláusula Décima Primeira que vedava a subcontratação de funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, corrigindo o erro material identificado, restando inquestionável a legalidade da subcontratação ocorrida.

50. **Ressalte-se que o contrato em debate findou-se em 28/09/2020, ou seja, após 180 (cento e oitenta) dias de sua celebração, sem que a SES ou a contratada tenham apresentado até hoje o mínimo, para justificar a celebração desse ajuste.**

51. Dessa feita, **este MPC/DF, com as vênias de estilo, entende que deve ser concedida cautelar** para impedir qualquer repasse ao contrato em estudo, determinando-se à SES/DF que adote providências, imediatas, para prover o atendimento da demanda com recursos próprios. Na impossibilidade de cumprimento dessa determinação, **esclareça, motivadamente, no prazo máximo de 48 horas**, por qual motivo não consegue ela própria prestar tais serviços, e como está sendo prestado o atual serviço, se não há contrato vigente.

52. **O MPC/DF opina, também, nos termos dos itens 11, 15 e 22 desta peça.**

É o parecer.

Brasília, 12 de fevereiro de 2021.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora

¹¹ <http://www.saude.df.gov.br/componente-especializado/>

¹² <http://www.saude.df.gov.br/farmacias-unidade-basica-de-saude/>
<http://www.saude.df.gov.br/farmacias-atencao-secundaria/>